

A Psicologia enquanto indecível na política de assistência social: notas a partir da estratégia de desconstrução

RAFAEL BIANCHI SILVA*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo realizar uma discussão sobre o modo como a Psicologia é expressa nos documentos que parametrizam a Política de Assistência Social. Para tanto, utiliza-se como operador a estratégia de desconstrução desenvolvida por Jacques Derrida. Entendendo que a linguagem fixa lugares específicos para os conceitos – realizando assim sua cristalização - partimos da proposição de que a política realiza uma tradução sobre o que entende por Psicologia, indicando práticas e fenômenos a ser trabalhados por profissionais no cotidiano dos diferentes serviços socioassistenciais. Por fim, indicamos que a Psicologia se configura como um indecível deixando rastros que denunciam a parcialidade de tal tradução e abrem possibilidades de novas formas de significação e formas de ação na respectiva política.

Palavras-chave: Psicologia; Assistência Social; desconstrução.

Psychology as undecidable in social assistance policy: notes from the deconstruction strategy

Abstract: The purpose of this article is to discuss the way in which Psychology is expressed in the documents that parameterize the Social Assistance Policy. For this, the deconstruction strategy developed by Jacques Derrida is used as an operator. Understanding that language fixes specific places for concepts – realizing their crystallization – the article starts from the proposition that politics translates what it understands by Psychology, indicating practices and phenomena to be worked by professionals in the daily of different social assistance services. Finally, it is indicated that Psychology is configured as an undecidable, leaving traces that denounce the partiality of such translation and open possibilities for new forms of meaning and forms of action in the respective policy.

Key words: Psychology; Social Assistance; deconstruction



* RAFAEL BIANCHI SILVA é Doutor em Educação (Unesp/Marília); docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Introdução

O presente artigo tem como objetivo realizar uma discussão sobre a relação entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tomando como estratégia, a desconstrução e a problemática da tradução proposta pelo filósofo franco-argelino Jacques Derrida. Inicialmente, considera-se necessário compreender a composição e sedimentação da Psicologia enquanto disciplina que sustenta e justifica modos de atuação a serem colocados em movimento pela referida política.

A Psicologia constitui-se como um campo de conhecimento que por sua vez delimita e materializa uma disciplina, entendida como uma forma específica de organização discursiva a partir da qual são pontuados e determinados modos de conceber o mundo no qual e a partir do qual determinada ciência investiga e atua. A imposição de regras para as formações discursivas serve como função coercitiva e restritiva das possibilidades do discurso.

Assim, uma disciplina não pode ser identificada como a totalidade das possibilidades ao estudo ou intervenção do referente ou como conjunto do que pode ser aceito por virtude ou coerência. Enquanto regime de verdade, cada disciplina reconhece e legitima proposições de saberes (que serão consideradas a posteriori como verdadeiras ou falsas) que devem responder a priori a um conjunto complexo de exigências para fazer parte do respectivo conjunto. É nesse jogo de regras denominado formação discursiva – referente ao princípio de individualização de um discurso – que se materializa “[...] um sistema de formação de enunciado em que objetos, conceitos, apresentariam uma ordem regular (FREGONESI, 2006, p. 67).

Essa organização discursiva que configura um campo do conhecimento, também possibilita e limita concepções e práticas difundidas dentro de uma determinada esfera social, conferindo regularidade ao campo do conhecimento. Desse modo, são fixadas significações à disciplina que também acabam por restringir a disseminação da pluralidade discursiva. Conforme pontuam Guareschi e Hennigen (2006, p. 60):

[...] As práticas culturais são interpelativas, buscam dizer ao indivíduo quem é ele, como deve ser, o que deve fazer; inventam as categorias das quais se ocupam, criam referentes que se constituem como marcadores pelos quais os sujeitos passam a se reconhecer e posicionar. Contudo, para que isso aconteça, é preciso que tais significados adquiram o estatuto de verdade para o sujeito.

É exatamente isso que será colocado em questão na prática de desconstrução. A partir dela é possível identificar, de um lado, o caminho de sedimentação que confere legitimidade a um discurso e, de outro lado, coloca outras possibilidades à margem das práticas hegemônicas. Para nos aproximarmos desse processo será necessário investigar a especificidade de tal estratégia para, em um segundo momento, observar quais as implicações disso na presença da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social.

Desconstrução

Inicialmente, o termo desconstrução remete ao oposto da adoção de aspectos universais, indicando a produção de outros elementos à análise de determinado conceito. Nesse sentido, em sua proposição, propicia um abalo na hegemonia de determinados discursos sobre outros. Derrida (1998) pontua que a desconstrução não pode ser delimitada nem como conceito e tampouco como

metodologia de investigação já que busca subverter ambas as noções. Definila é limitá-la, haja vista que ela não é, ela está.

Por isso, Vasconcelos (2003) descrever a desconstrução como estratégia. Nela, os conceitos são esmiuçados em suas particularidades literárias, sociais e históricas e reordenados no sentido de uma diferente compreensão. Desconstruir é realizar uma operação que imprime a capacidade de ver, compreender e olhar, não só a fala e o que se constrói a partir dela, mas o que se cristaliza em palavras escritas, de orientação, de condução, de técnicas de trabalho. Este ser da desconstrução é o que surge nos caminhos de estudo, de olhar ampliado, de entrega nas relações entre leitor/escritor, profissional/prática, investigador/investigado. Assim, de modo sintético:

[...] De fato, a desconstrução poderia ser descrita como o ato de exercer uma pressão para suportar oposições amigáveis que são tecidas nos textos, forçando/permitindo a elas revelar os pontos cegos ou ****aporias**** - isto é, pontos de impasse – em que a integridade das oposições é fatalmente comprometida e um excesso de significados desordenados e contraditórios e ressonâncias é libertado ... (BURMAN; MACLURE, 2014, p. 91).

É na sedimentação e estruturação da cadeia de significantes que um conceito limita as suas diversas diferenças que o correspondem, restringindo o campo de sentido. Com a escritura, tem-se a percepção dos efeitos desse processo, permitindo uma aproximação ao sistema de diferenças e dele, à abertura do texto. Enquanto prática, tem por função, abalar a verdade, instaurando a des-sedimentação (DERRIDA, 2006). Tal proposição nos leva a procura de

superação de análises hierarquizadas, sobretudo em relação a lógica de causalidade dos fenômenos. Diferente disso, “[...] não nos causará estranhamento que a Desconstrução, ao interrogar incansavelmente os diferentes discursos que pretende decompor, operará, muitas vezes, no terreno da ambivalência, da duplicidade e da dubiedade [...]” (JUNIOR, 2010, p. 10).

Isso acontece porque, como afirma o próprio Derrida (1998, p. 21), a desconstrução trata exatamente “[...] de desfazer, decompor, dessedimentar as estruturas [...]. Mais que destruir, era preciso também compreender como um ‘conjunto’ tinha se construído e, para isso, reconstruí-lo [...]”. Destaca-se que o processo de desconstrução se dentro do jogo discursivo como um acontecimento que não espera para ser desvelado ou realizado.

Otoni (2002) descreve que, diferente de atingir a pureza do conceito ou a verdade última sobre o objeto, o que a desconstrução nos mostra é que há sempre um duplo movimento: de um lado, o processo de formação da estrutura linguística que busca ser acabada, fechada, delimitada em conceitos, palavras, definições; de outro lado, a presença de espaços em branco, fissuras ou hiatos traços que permaneceram em aberto na formulação dos termos. Segundo Continentino (2006, p. 23):

Ler um texto é, deste modo, seguir o sentido que ele pretende oferecer, mas também se expor ao que nele escapa ao seu controle, adiando ao infinito sua possibilidade de significação. O retorno aos textos, para o desconstrutor, tem a intenção de surpreender neles, nos próprios textos, os momentos de autocontestação, de quebra de sentido, que os projetam para além

de um horizonte que tenta delimitá-los, controlá-los

Segundo o autor, para Derrida, a diferença apresenta o movimento de produção textual, sem ancoramentos definitivos, distante de significado pleno, enfrentando a violência inerente à própria linguagem e às tentativas de domesticação e aprisionamento da escritura. Mas como é possível nos depararmos com a diferença, se o texto presentificado com o qual nos relacionamos está marcado pela sedimentação de uma série de significações que buscam, de certa forma, disfarçar ou senão, em última análise, eliminar a diferença? Como indicado anteriormente, considerando a formação dos próprios discursos, é necessário tomar um conceito que outrora fora dominante e situá-lo em um novo campo. Para tanto, esse conceito precisa torna-se um quase-conceito, a partir da inserção na cadeia infinita de efeitos que o embaralham no jogo da diferença.

Nesse cenário que aparece o indecível: nem palavras e nem conceitos, convocam ao movimento e ao engajamento pois provocam a oscilação, a corrosão da linguagem enquanto ideal ou absoluto. Duque-Estrada (2002) afirma que os indecíveis habitam as oposições conceituais, sendo unidades de simulacros, incompatível com a perspectiva de totalidade, solução ou verdade.

O que se configura é um caminho de investigação que tem de um lado, a manutenção do paradoxo – evitando assim a unidade discursiva – e por outro, o acompanhamento dos traços que vão sendo encontrados que remontam a elementos que ficaram à margem no processo de sedimentação da linguagem. É nessa relação com os quase-conceitos que é possível seguir os rastros.

A diferença não se apoia na origem, na presença ou na binaridade, mas sim na alteridade. A diferença se dá entre rastros, que estão em relação a outros rastros. Tudo que se apresenta se baseia na diferencialidade, na disseminação – propagação em cadeia dos quase-conceitos (Haddock-Lobo, 2008) –, sendo ela quem coloca em cena o indecível como testemunha no jogo da escritura.

O pensamento do rastro propõe novas tarefas para o pensar e nesse sentido desarticula um olhar totalizador, expondo a heterogeneidade. O rastro é a palavra marcada pela presença sem a origem, mantendo um movimento de liberação e abertura, e que sempre se atualiza. É nesse caminho que é possível acompanhar o processo de escritura.

Assim, para Derrida a desconstrução é ligada à questão do intraduzível, uma vez que o texto traduzido nunca é igual em significantes ao original. Para a tradução é necessário a existência de uma responsabilidade política, uma responsabilidade diante do (in)traduzível. Essa é a questão que nos debruçaremos a seguir.

Desconstrução e novas traduções

É importante destacar que a desconstrução não pode ser entendida como sinônimo de destruição do(s) texto(s) em análise. Ao mesmo tempo em que é respeitado o discurso enquanto a expressão sequencial de estruturas linguísticas, ou seja, em sua lógica interna, é no processo de deslizar sobre os signos que surgem “buracos”. A pesquisa não é a descoberta, mas a produção da diferença no próprio investigar, movimento que ao confere novos sentidos para além do que está sedimentado ao texto.

Nessa direção, o trabalho de pesquisa tem como uma de suas marcas a

construção de modos de compreensão das regras de um determinado campo que inclui inevitavelmente a presença de outras pessoas. Ao adentrar nesse jogo simbólico, uma das tarefas do pesquisador é conseguir estabelecer modos de operar sobre esse universo desconhecido propondo a ele condições de ser compreendido em uma diferente linguagem. Esse processo é o que comumente chamamos de tradução, “[...] acontecimento da linguagem humana que revela, ao mesmo tempo, a existência de várias línguas e as diferenças e semelhanças entre elas [...]” (OTTONI, 1997, p. 159).

Como o processo de tradução diz respeito a realizar uma passagem de uma língua a outra, sendo que ambas possuem especificidades em suas composições, não há um espaço totalmente seguro que possa garantir sua correspondência. Como alternativa tem-se a necessidade de encontrar ou produzir equivalentes que passem a compor os dois universos em relação. Por essa razão, Kastrup e Passos (2013, p. 274) afirmam que “[...] a tradução é mais precisamente uma zona de aventura. O que se tomava como evidência surge, frente ao outro, como estranho [...]”.

Segundo Derrida (1995a), ainda que ao longo do processo de tradução possa ser tomada uma posição de amizade em relação ao texto (o que implica em estabelecer uma relação de cuidado quanto à produção do texto traduzido) sempre ao fim, independente das precauções do tradutor, o que encontramos é um novo acontecimento que difere daquele que o precede. De algum modo, a tradução ao mesmo tempo que fixa o objeto do discurso em uma determinada formação linguística, também quebra a ordenação anterior, diferenciando-se e abrindo a cadeia de

significações possíveis e escapando da rigidez representativa.

Como observa Santos (2010, p.107), “[...] todo texto é tanto diáspora de significado quanto semente que dá origem a outros significados, e considerar um texto origem absoluta de origem não é confiável [...]”. Em outros termos, o texto traduzido não possuirá equivalência quanto a seu suposto referente, sendo sempre resistência ao que está instituído (Ottoni, 1997). Segundo pontua Derrida (1995b), o processo de tradução está intimamente atrelado a uma determinada tradição, o que, portanto, já delimita um lugar do tradutor em relação ao elemento a ser traduzido. Mais do que isso, para realizar uma leitura de um texto “[...] é preciso pôr algo seu acrescentando alguma coisa ao tecido original do texto. E a partir do momento em que se acrescenta uma linha ao texto, não é mais o mesmo texto que se restitui após a leitura [...]” (Nascimento, 2015, p. 66).

Assim, esse processo imprime uma nova inscrição em um lugar diferente da originária e acaba por delinear espaços aos quais esse campo de saberes e práticas - em nosso caso, a Psicologia - passa a se constituir. Ao mesmo tempo, observa-se a construção de categorias que buscam afastar os paradoxos, as mesclas e imprecisões próprias que o mundo do pensamento, da experiência, vivência, da prática nos oferecem.

Derrida (2005) afirma que se trata da adoção de um remédio que tem como objetivo curar a ambivalência da experiência com o espaço vazio presente no campo da linguagem. Como resultado, temos a paralização da construção de conceitos pela cristalização de definições, em detrimento da produção de diferenciações, de modo que as assertivas tenham um caráter atemporal.

Isso faz com que tais enunciados ganhem estatuto de verdade, fechando o ciclo que configura a tarefa da ciência enquanto modo racional de explicação da vida. Como resultado, por consequência, tem-se o que é chamado clausura dos conceitos (DERRIDA, 1991). Forma-se uma organização do saber que legitima a verdade e sua idealização.

O que se encontra apagado na linguagem, no processo de realização de uma nova tradução, pode ser (re)atualizado. Assim, não podemos esquecer que o objeto não pode ser delimitado apenas na palavra, letra expressa na linguagem precisa ser tomado na sua ausência. É neste contexto que se torna importante o trabalho de investigação a partir da perspectiva da proposta de desconstrução e sua relação com a realização de uma tradução.

É nessa discussão que é possível observar a articulação entre a tradução e a desconstrução. Toda tradução, de certo modo, busca minimizar a ação dos indecíveis. O rastro deixado é uma operação de ocultação e dissimulação onde, por um lado, autor, tradutor e objeto-memória ficam escondidos na escritura traduzida e por outro, fornecem material para novas experiências de linguagem.

Assim, é nesse labirinto que são construídos saberes de si, do outro e do mundo, ao longo do processo de decomposição e (des)construção das verdades. Nas palavras de Vasconcelos (2003, p.75), a desconstrução trata-se de um jogo, no qual ocorre “[...] a incessante alternância da primazia de um termo sobre o outro, produzindo assim, uma situação de constante indecisão [...]”. Qualquer tentativa de sair desse jogo, tende a construção de discursos que ocupem o lugar de verdade que para manter-se em tal posição necessitam expressar-se de modo violento para o

silêncio de outras possibilidades de expressão de um determinado fenômeno. Como afirma Haddock-Lobo (2008), entrar no labirinto implica reconhecer múltiplas possibilidades que os rastros de sua construção foram (e vão) deixando pelo caminho.

Se tomarmos o produto final de um discurso como um novo patamar de partida para a recomposição do processo, têm-se um lugar de rigidez que traz, de certo modo em si, a potencialidade de ser desconstruído e decomposto. Assim, temos como premissa inicial que o trabalho a ser realizado encontra-se na tensão entre rígidos esquemas demarcatórios e a produção de novas traduções do que é fazer pesquisa.

Lugares da Psicologia e da Subjetividade na escritura da PNAS

Consideramos que Psicologia presente nos documentos que parametrizam a PNAS trata-se de uma tradução que expressa uma perspectiva daqueles que formularam os princípios da política e, portanto, não contempla as multiplicidades teórico-metodológico-ético-políticas da própria Psicologia.

Partimos, então, de um entendimento de que o resultado de uma tradução, de modo paradoxal, restringe não apenas os efeitos discursivos, mas, principalmente, como o discurso se apresenta ao leitor que entra em contato com a obra de referência. Dessa forma, tem-se a construção de uma identidade, sendo o texto tomado como uma inscrição que oferece lugares e regras específicas para sua possibilidade (SALANSKIS, 2015).

Observa-se, de modo geral, a Psicologia é expressa pelos documentos publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) entre 2004 e 2016, muito mais pela sua ausência no discurso do que pela sua presença. Isso não significa, porém, que não é construída uma

imagem, estática e relativamente rígida, de como ela é entendida como campo do conhecimento e práticas por ela preconizadas.

A Psicologia é inserida silenciosamente nos documentos quase como um efeito colateral de uma exigência regimentar (considerando a previsão de inserção do profissional na NOB/RH/SUAS), o que provoca uma tentativa de identificação dos processos psicológicos e das possíveis práticas possíveis de serem ofertadas nos diferentes serviços da referida política pública.

O primeiro ponto que vale destacar é que o termo “Psicologia” não aparece textualmente nos documentos que parametrizam a política, apenas sendo apenas pontuada em referência ao profissional componente das equipes mínimas dos equipamentos. Por sua vez, observa-se que em diferentes contextos são realizadas referências ao universo conceitual e terminológico da Psicologia. Isso por ser visto, por exemplo, no primeiro volume das “Orientações Técnicas Sobre o PAIF” (BRASIL, 2012a) responsável pela descrição dos fundamentos do trabalho social com famílias a realizado nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). De forma direta, é indicado que:

[...] não compete o desenvolvimento de ações de caráter terapêutico, compreendidas aqui como as práticas psicoterapêuticas, psicodiagnósticas e psicopedagógicas, ou seja, PRÁTICAS CLÍNICAS no âmbito do PAIF, pois não correspondem às seguranças afiançadas pela política de assistência social [...] (BRASIL, 2012a, p. 18).

Vê-se pela passagem acima que a negação de práticas psicológicas amplamente socialmente reconhecidas

além de componentes hegemônicos na formação inicial insere um interdito que tem como objetivo garantir uma especificidade à Assistência Social em relação a outras políticas públicas (como a saúde, por exemplo). Ao mesmo tempo, confere uma questão a ser resolvida pela Psicologia a visão do trabalho a ser realizado e em que ele se fundamenta.

Um dos caminhos para rastrear sobre os potenciais papéis da Psicologia no campo da Assistência Social está relacionado com os conceitos disseminados nos documentos que estão relacionados com a ciência psicológica. O mesmo documento apontar que o trabalho com famílias também implica uma compreensão sobre os fenômenos subjetivos. Afirma que, inerente a qualquer ser humano e composta por emoções, sentimentos e pensamentos, é por meio da subjetividade que é construído o espaço através do qual possível relacionar-se com o outro (BRASIL, 2012a).

Em outra passagem, aponta que ao considerar a subjetividade do usuário da política, adentra-se em um espaço íntimo constituído por “[...] marcas singulares adquiridas no processo de formação individual, bem como pelas crenças e valores compartilhados na dimensão cultural, que acabam por constituir a experiência histórica e coletiva dos grupos e populações em um dado território” (Brasil, 2012a, p. 17). Isso também pode ser visto no documento referente a metodologia do trabalho social com famílias (Brasil, 2016) que ao discutir as garantias asseguradas pela política, aponta para o desenvolvimento de “[...] potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais e políticas, contemplando a dimensão multicultural, intergeracional,

interterritorial, e intersubjetiva, entre outras” (p. 13).

No segundo volume das “Orientações sobre o PAIF”, voltado para a produção de estratégias de intervenção com as famílias, é indicado que a dimensão subjetiva está presente “[...] no processo de construção coletiva de conhecimento e na reflexão acerca da realidade vivenciada pelos integrantes” (Brasil, 2012b, p. 27), compondo conjuntamente com as crenças, valores, formas de comunicação e expectativas das famílias, pontos que devem ser considerados na coleta de dados e informações sobre o território atendido.

Desse modo, os parâmetros consideram que deve ser produzido um olhar sobre os viventes que ultrapassam a dimensão puramente individual, contemplando sua formação em uma perspectiva histórica, social e cultural. Afasta-se de uma visão de subjetividade internalizada, sendo esta materializada nas relações com diferentes estâncias que incluem o território existencial em que vivem.

Assim, confere-se um lugar ao conhecimento psicológico, a partir do reconhecimento de que aspectos objetivos (que incluem a dimensão econômica) e subjetivos compõem as vulnerabilidades e riscos sociais incidindo como elementos que afetam diretamente as formas com que se realizam a função protetiva da família e ao direito à convivência familiar.

Essa preocupação com a questão da subjetividade já havia sido expressa desde a PNAS ao afirmar que “é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade” (BRASIL, 2005, p. 32). Este elemento aparecerá de diferentes formas nos parâmetros da política de Assistência Social. Ainda que exista uma preocupação de situar no texto o sujeito

humano em contexto histórico específico vemos, no fundamento da política, uma concepção teórica bastante tradicional de subjetividade.

Ainda que a partir de uma ideia de formação humana a partir das relações, o documento aponta que a subjetividade é criada pelo ser, o que confere a este uma supremacia em relação ao contexto existencial, colocando a dimensão subjetiva como instância primeira em relação às condições sociais. Mais do que isso, na mesma frase do texto, o que se dá não é uma produção, mas sim, um processo de re-conhecer. Ou seja, a subjetividade já estaria lá, em algum lugar posta ou, em última análise, pronta, à espera de ser identificada e experienciada pelo sujeito.

Esse ponto indicado, pode gerar impactos no que tange às traduções possíveis a respeito das finalidades do trabalho social, visto que mais do que servir apenas como categoria que organiza os fenômenos observados no cotidiano do trabalho, características subjetivas também são consideradas quando indicados os objetivos a serem atingidos através das intervenções (planejadas) a serem realizadas com as famílias/indivíduos.

Um dos elementos que se encontram articulados com a visão de subjetividade expressa nos documentos diz respeito a necessidade de as ações da política levarem ao desenvolvimento de autonomia. Trata-se de um tópico que permeia as ações desde a produção do documento-base (BRASIL, 2005), sendo expresso de diferentes formas ao longo dos parâmetros publicados. Por exemplo, na tipificação dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2009), em praticamente todos os serviços previstos, há a presença da questão da autonomia, seja para o seu fortalecimento seja para sua reconstrução (o que nesse caso,

pressupõe algo que se desfez e não se encontra necessariamente presente, o que tornaria fundamental a sua recuperação).

No referido documento, o termo encontra-se vinculado, de acordo com o serviço descrito, a partir de expressões como “construção de projetos de vida”, “capacidade de fazer escolhas” e “condições de bem-estar”. Não há, porém, indicações que permitam compreender mais a fundo sobre o que se baseia os termos indicados ou ainda sobre quais parâmetros é possível avaliar se o indivíduo é ou não autônomo.

A tentativa de uma definição do conceito somente é observada no parâmetro sobre o trabalho social com famílias, no qual é pontuada que a autonomia relaciona-se com a capacidade do indivíduo eleger crenças e atitudes, valorá-los e colocá-los em prática sem vivenciar opressões. Porém, logo em seguida, é indicado que ela não pode ser entendida à margem dos serviços públicos e coletivos, sendo dependente da presença do Estado (Brasil, 2016).

A discussão acima aponta para um lugar complexo e contraditório no qual a dependência do Estado para garantir e afiançar sua posição, nos leva a problematizar se é possível falar de uma efetiva autonomia em face a esse contexto. Se por um lado, cabe ao Estado garantir os direitos fundamentais – em última instância pelas vias da lei –, por outro, funda-se uma relação na qual o sujeito passa a depender da ação/autorização institucional para avalizar sua ação como efetivamente autônoma.

Percebe-se que os parâmetros não realizam a problematização do conceito de autonomia, tratando-o como uma questão operacional. Nessa operação, o desenvolvimento da autonomia tomado

como finalidade da ação da política é justificado pelas vias da moralidade ao mesmo tempo em que é feita uma suposição de que o conhecimento acerca da subjetividade fornecerá condições para que este seja compreendido.

Se esse for um dos saberes que cabe à Psicologia no campo da Assistência Social, parece existir um pressuposto de que, sendo a ciência que compreende e trata o mundo interno dos sujeitos, teria as condições para analisar como se forma esse indivíduo autônomo e indicar quais práticas seriam capazes de guiá-lo a tal empreendimento, descrevendo inclusive as condições que impedem ou dificultam tal processo.

O problema é que sendo o indivíduo autônomo, ele teria em tese, condições para definir os rumos da própria existência, independentemente dos caminhos ou finalidades indicadas seja pela política ou pelo técnico que a ela opera. Mais do que isso, os documentos também não realizam qualquer tipo de questionamento sobre os efeitos que a posição autônoma poderia gerar tanto na dimensão individual, mas principalmente, social e coletiva.

Como caminho para o debate dessa questão, é possível identificar que os documentos realizam para uma hipervalorização de traços internos, em detrimento de ações de mudanças das condições materiais de existência. A valorização do si próprio – delineado pelo prefixo “auto” – é expresso em diferentes momentos pela presença de termos como “autocompreensão”, “autoestima” e “autocuidado” (como observado em BRASIL, 2012b; 2016). Vê-se que mesmo sob o discurso textual da incidência da dimensão social sobre o sujeito, tem-se simultaneamente, uma forte presença do referenciamento a si como modo de atuação no mundo.

Assim, ainda que sejam vetadas à Psicologia práticas que se voltariam para o indivíduo – descritas como parte de uma concepção tradicional de clínica –, reiterando um modo de subjetivação hegemônico no contexto da modernidade, observa-se que é esperado dos profissionais psicólogos que atuam na política, saberes que produzam efeitos nos usuários gerando mudanças interiores que, refletidas na exterioridade, causariam transformações no mundo objetivo.

Essa visão unidirecional delimita um lugar que, ao contrário, do que é esperado, parece reproduzir os conflitos inerentes à ciência psicológica no que diz respeito aos seus fundamentos, a saber, seu objeto de estudo, método de trabalho/investigação, finalidade e posição ético-política. Ao mesmo tempo, podemos observar que o modo como o discurso é construído, produz um efeito destabilizador à Psicologia visto que se pauta fundamentalmente na negatividade de condutas e práticas.

Considerações finais

Pensar a pesquisa em Psicologia a partir da perspectiva da desconstrução é estabelecer um novo olhar acerca do que é a própria Psicologia visto que muda-se o foco das questões colocadas, as problemáticas investigadas e a relação com o texto produzido, além do impacto político que o próprio investigar implica.

Se considerarmos que tudo o que é passível de investigação configura-se como um texto historicamente atravessado por regras que produzem silêncio a partir da negação e marginalização de determinados traços, enquanto pesquisadores, nos perguntamos: para além do que está expresso, quais saberes psicológicos encontram-se impressos “no” mas que se encontram “fora” do texto?

O trabalho do pesquisador vincula-se com o debruçar-se sobre essa marca e delimitação instituída na palavra do tradutor em sua forma de expressar a temática da subjetividade. Investigar como a Psicologia traduz e é traduzida em diferentes fontes materiais (e, portanto, como ela manifesta-se na escrita e na inscrição dessa maquinaria), torna possível aproximar-se dos limites e potencialidades da ação do pesquisador-psicólogo no campo de forças em que este se encontra vinculado.

Por fim, cabe destacar que as questões e demandas contemporâneas endereçadas para a Psicologia são atravessadas pelas formas com que ela foi inserida (e se inseriu) enquanto campo de saber detentor de verdades acerca daqueles que são alvo do trabalho. Desse modo, a construção de novos modos de investigação e relação com o campo investigado potencializa o fazer desconstrutivo sobre os discursos já instituídos.

Por essa razão, torna-se fundamental compreender que as formas de entendimento sobre o trabalho de pesquisa necessitam passar por um processo que fomente a invenção de novas traduções e formas de ser, o que, por sua vez, tem íntima relação com a atividade criativa e eminentemente política. Nas palavras de Derrida (2001, p. 19), “[...] a transgressão implica que o limite esteja sempre em movimento [...]”.

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2005a.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: O serviço de proteção e atendimento integral a família, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais**, v.1, 1ªed. Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: O serviço de proteção e atendimento integral a família, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais**, v.2, Brasília: MDS, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS/SNAS, 2016.

BURMAN, E., MACLURE, M. Desconstrução como um método de pesquisa. In Lima, A.F.L., Junior, N.L. (orgs.) **Metodologias de Pesquisa Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p.89-109

CONTINENTINO, A.M.A. **A alteridade no pensamento de Jacques Derrida: Escrita, Meio-luto, Aporia**. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica -PUC, Rio de Janeiro, 2006.

DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Campinas/SP: Editora Papirus, 1991.

DERRIDA, J. **Salvo o Nome**. Campinas/SP: Editora Papirus, 1995a.

DERRIDA, J. **A Escrita e a Diferença**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1995b.

DERRIDA, J. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, J. **A Farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DERRIDA, J. Carta a um amigo japonês. Trad. Érica Lima. In OTTONI, P.(org.) **Tradução. A prática da diferença**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p.19-25.

DUQUE-ESTRADA, P.C. *Às margens: a propósito de Derrida*. São Paulo: Loyola, 2002.

FREGONEZI, J.A. **Língua, Discurso, Sujeito**. Londrina: Humanidades, 2006.

GUARESCHI, N.M.F.; HENNIGEN, I. A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. **Psicologia da Educação**, v.23, n.4, p.57-74, 2006.

HADDOCK-LOBO, R. **Derrida e o Labirinto de Inscrições**. Porto Alegre/RS: Zouk, 2008.

JUNIOR, N.C.P. (2010). Jacques Derrida e a desconstrução: uma introdução. **Revista Encontros de Vista**, v.1, p.9-20, 2010.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.25, n.2, p.263-280, 2013.

NASCIMENTO, E. Após Derrida: a amizade filosófica. **ALEA: Estudos Neolatinos**, v.17, n.1, p.64-77, 2015.

OTTONI, P.R. A Tradução é desde sempre resistência: Reflexões sobre Teoria e História da Tradução. **Alfa: Revista de Linguística (ILCSE/UNESP)**, v.41, p.159-168, 1997.

OTTONI, P.R. Tradução e desconstrução: a contaminação constitutiva e necessária das línguas. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, v.15, n.158, p.5-10, jun/2002.

SALANSKIS, J.M. **Derrida**. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

SANTOS, O.A.N. (2010). Os estudos de tradução e Jacques Derrida: afinal, “o que é a desconstrução”? **Tradução e Comunicação: Revista Brasileira dos Tradutores**, v.20, p.105-112, 2010.

VASCONCELOS, J. A. O que é a desconstrução? **Revista de Filosofia**, v.15, n. 17, p.73-78, 2003.

Recebido em 2022-06-01

Publicado em 2022-08-01